

EXPERIMENTOS SÔNICOS NA PANDEMIA DE COVID-19 DE UMA PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA NAS BORDAS UNIVERSITÁRIAS



Sonic experiments in the Covid-19 pandemic of an anthropology professor on university borders

Juliane Bazzo

Universidade Federal da Grande Dourados

DiVerso: pesquis(ações) sob(re) resistências sociais | Dourados, Brasil

bazzojuliane@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-6196-3482

Resumo

Este artigo discute duas experiências de ensino de antropologia conduzidas em universidades públicas durante o regime remoto emergencial em 2020, instalado devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Um desses experimentos resultou em uma playlist musical construída coletivamente entre discentes e o outro em um podcast, cujos episódios reúnem falas de antropólogas(os) convidadas(os) a contribuir ao longo de uma disciplina. Ambas as vivências estão situadas em um contexto laboral específico, que é o de docência temporária da autora, a partir do qual são analisadas de uma perspectiva antropológica. O texto busca argumentar sobre a importância de se incluir, no debate acerca de uma universidade de atuação decolonial, os dois elementos protagonistas da reflexão apresentada: o som, como meio de conhecimento historicamente deslegitimado em seu potencial no Ocidente; assim como a dimensão do trabalho docente, cujas condições de exercício profissional aprofundam sua precarização durante a pandemia, vivida sob um governo de extrema direita no Brasil, no âmbito de um processo de expansão de governanças neoliberais em escala global.

Palavras-chave

ensino de antropologia; pandemia de Covid-19; experimentos sônicos; docência temporária; universidade decolonial.

Abstract

This article discusses two anthropology teaching experiences in public universities during the emergency remote regime in 2020, installed due to the health restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. One of these experiments resulted in a musical playlist built collectively among students and the other in a podcast, whose episodes bring together speeches by anthropologists invited to contribute throughout a discipline. Both experiences are situated in a specific work context, which is the author's temporary professor, from which there is an anthropological analysis. The text argues about the importance of including, in the debate about a decolonial university, the two main elements of its reflection: sound, as a means of knowledge historically delegitimized in its potential in the West; as well as the dimension of teaching work, whose conditions of professional practice deepen its precariousness during the pandemic, experienced during an extreme right-wing government in Brazil, within a process of expansion of neoliberal governance on a global scale.

Keywords

anthropology teaching; Covid-19 pandemic; sonic experiments; temporary teaching; decolonial university.



Localizando-me¹

Amigração massiva, rápida e turbulenta ao ensino remoto durante a emergência sanitária da Covid-19, como forma de promover o isolamento social enquanto medida preventiva fundamental à dispersão da doença, lançou luz sobre uma série de precariedades no exercício do trabalho docente no meio universitário público.

Em uma assembleia de discussão durante o webinar “Aprendendo e ensinando antropologia durante a pandemia: dilemas, desafios e oportunidades”, realizado em 2021 pela Associação Brasileira de Antropologia e do qual integrei a comissão organizadora, vozes se manifestaram nessa direção². Retrataram um cotidiano educacional a distância que se defrontava com carências em infraestrutura tecnológica; desassistência a desafios éticos e jurídicos na atuação em ambientes digitais; adoecimentos entre colegas; sofrimento, evasão e desamparo estudantil, isso para além das ameaças e mazelas diretas do novo coronavírus (Vega Sanabria *et al.* 2021).

Nesse mesmo período, docentes em situação de trabalho temporário igualmente enfrentavam os mesmos dilemas, com o agravante de assistirem ao aprofundamento da fragilidade de seus contratos laborais. Um grupo de 42 professoras(es) substitutas(os) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) trouxe a público esse quadro nos primeiros meses da pandemia em 2020, quando as aulas nas instituições de ensino estatais foram temporariamente suspensas, até que fosse possível colocar em

¹ Este artigo foi contemplado com Menção Honrosa na categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil” do Prêmio ABA de Ensino de Antropologia - Edição 2022.

² A realização desse evento se deu por meio da parceria entre três instâncias da ABA: a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, representada por Guillermo Vega Sanabria (UFBA) e por Sônia B. dos Santos (UERJ); do Comitê Deficiência e Acessibilidade, representado por Leonardo Campoy (PUC-PR); além da Comissão de Direitos Humanos, por mim representada. Também integraram a organização Lucrecia Greco e Paride Bollettin, que se encontravam em pós-doutorado na UFBA. O evento inspirou-se no webinar *Teaching and learning anthropology during the pandemic. Dilemmas, challenges and opportunities*, promovido pela *Teaching Anthropology Network* da *European Association of Social Anthropologists (TAN/EASA)* e do qual participamos como expositoras(es).

funcionamento o modo remoto. Em uma carta aberta, esse coletivo destacou a “distância entre decisões administrativas e pedagógicas” que os deixava vulneráveis a demissões a qualquer momento³.

É desta posição de docente temporária que falo neste texto, para nele partilhar experimentos sônicos que desenvolvi em salas de aula virtuais de duas universidades públicas durante a pandemia de Covid-19. Vocalizo, portanto, a partir desse lugar de borda, em busca de refletir sobre as singularidades da atuação docente e da construção de aprendizagens passíveis de se realizarem nessa circunscrição.

Procuro contribuir com uma frente investigativa que, embora historicamente marginal na antropologia, vem ganhando espaço: o pensar sobre exercício docente na disciplina como um “objeto por si mesmo” de estudo (Veja Sanabria & Duarte 2019). Como explicam esses autores, trabalhos nessa linha se voltam a “atualizar no ensino o pressuposto de reflexividade e de permanente tentativa de objetivação da nossa experiência como antropólogos [...] também no universo cultural da sala de aula” (*ibid.*:20).

O avanço desse gênero de abordagem verificado ao longo dos anos 2000 motiva-se por significativas transformações dos ambientes universitários de ensino público, mudanças cuja natureza é, a um só tempo, estrutural, didática e política. Dentre elas, aparecem a interiorização de aspiração democratizante do Ensino Superior; a diversificação do alunado e do corpo docente; as repercussões de ações afirmativas de ingresso; além das crescentes interpelações por uma educação decolonial, vindas de dentro e de fora da academia (Leal, Vega Sanabria & Cariaga 2021; Buti 2021).

Apesar de professoras(es) antropólogas(os) estarem se dedicando cada vez mais à problematização de suas práticas em sala de aula, ainda me parecem incipientes, enquanto pesquisadora em antropologia da educação, trabalhos que analisem o ensino como uma prática social realizada por alguém que é, também, um(a) trabalhador(a). Tradicionalmente, a(o) trabalhador(a) surge nos debates em sala de aula na posição de

³ CARTA ABERTA dos professores substitutos da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a situação dos contratos durante a pandemia. 2020. Disponível em: https://bit.ly/cartaaberta_substitutos.

outridade antropológica, como sujeito de observação e compreensão⁴.

Neste texto, diferentemente, situo-me de saída como trabalhadora docente, pautada pela defesa de Haraway (1995) por “saberes localizados”, isto é, por conhecimentos que, necessariamente, se constroem a partir de “algum lugar em particular” – parcial, corporificado, vulnerável –, para fins de interpretação crítica e explicações ampliadas.

Trabalho desconjuntado

As transformações progressistas verificadas no meio acadêmico durante os anos 2000 não fluíram sem resistências. Em certa medida, conjugaram-se ao avanço de lógicas neoliberais no Brasil, orientadas mais por uma acomodação de diferenças que pelo aplacamento efetivo de desigualdades.

Assim, enquanto inegáveis e cruciais conquistas em democratização e pluralidade se processavam, aprofundava-se um modelo empresarial de gestão das universidades públicas, alavancado nos anos 90 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e continuado nos mandatos petistas no poder executivo. É justamente nesse íterim que se promulga a Lei n. 8.745/1993, que regula a contratação de docentes temporários, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no âmbito de situações de excepcionalidade (Leda 2015).

Se, a princípio, essa posição transitória como professor(a) poderia significar uma preparação pontual ao ingresso definitivo na docência, atualmente tal status tende a perdurar e construir a carreira de jovens doutoras(es), em diversas áreas do conhecimento, que assistem ao desmonte do sistema universitário e à deterioração do mercado de trabalho, especialmente propagados pelo Governo Bolsonaro. Minha própria trajetória é atravessada por essas transformações, uma vez que soma quatro contratações temporárias entre 2005 e 2021⁵.

⁴ É um exemplo clássico nessa linha o estudo de Duarte (1988), que aborda a proeminência entre classes trabalhadoras urbanas, no Brasil dos anos 70 e 80, da popularmente chamada “doença dos nervos”, compreendida como mediadora no processo de consolidação das psicociências no país.

⁵ Atuei como docente substituta no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) de 2005 a 2007; no antigo Departamento de Comunicação e Expressão da Universidade Tecnológica

A primeira experiência que tive como professora substituta foi logo após minha graduação em comunicação social, num tempo em que ainda havia, ao menos nesse campo do saber, baixo número de profissionais com mestrado e doutorado, de modo que era possível se candidatar a vagas tão somente com o bacharelado. Esse primeiro contrato foi o que durou mais tempo – dois anos completos, de 2005 a 2007, o máximo permitido pela legislação. O seguinte abrangeu apenas um ano, não tendo sido renovado devido à liberação de concursos públicos para o magistério superior, após uma longa greve docente em 2012.

Os contratos subsequentes, já na área de antropologia, não se estenderam por períodos mais longos que este. Nesse decurso, percebi consolidar-se nessas tratativas um caráter de intermitência, não na letra, mas no espírito da reforma trabalhista de 2017, levada a cabo pelo Governo Temer. Se antes tais contratos duravam ao menos seis meses fechados, passaram a, por exemplo, iniciarem-se com apenas um mês de trabalho delimitado ou a se encerrarem antes do término do semestre letivo, aprofundando a incerteza a respeito de sua continuidade.

O modelo corporativo de universidade não é uma peculiaridade brasileira (Berg & Seeber 2022). Já foi, inclusive, analisado sob uma ótica antropológica por Marilyn Strathern (2000), que reflete, a partir da academia britânica, sobre o enraizamento de “culturas de auditoria” em instituições de ensino superior. Segundo ela, nesse cenário afinado à tônica neoliberal, há a adesão a um modo de operar compreendido como “técnico” e não mais “político”, como se este primeiro, diferente do segundo, fosse mais capaz de assegurar objetividade, transparência, eficiência e produtividade nos procedimentos laborais.

Nesse contexto, passa a imperar uma lógica de autovigilância entre trabalhadoras(es) e órgãos universitários, em prol do alcance de indicadores numéricos de performance, responsáveis por cancelar reconhecimentos, financiamentos e ascensões (*id.*). Em tais circunstâncias, o desempenho de docentes temporários avalia-se pelo que Silva *et al.* (2020) denominam por “aulismo”: são profissionais contratados para ministrar tantas aulas quanto possível e, embora muito

Federal do Paraná (UTFPR) em 2012; no Departamento de Antropologia da UFPR entre 2019 e 2020; e enquanto visitante no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) entre 2020 e 2021.

comumente se envolvam em atividades de pesquisa e extensão, graças a sua *expertise*, estas não são consideradas para a remuneração.

Diversos estudos vêm demonstrando que a difusão desse modelo baseado em metas competitivas nas mais variadas esferas do mundo do trabalho – privadas, públicas e não governamentais – não só gera adoecimento emocional, mas se assenta nele para funcionar. O sofrimento psíquico está, portanto, no cerne de operação do autogoverno neoliberal (Dunker *et al.* 2021). Esse funcionamento exerce impactos sobre trabalhadoras(es) em geral, nas universidades ou fora delas, porém, repercute de modo mais deletério sobre pessoas que ocupam posições hierárquicas inferiores e desfrutam de menos garantias de proteção socioeconômica (Maia 2022).

As vivências pedagógicas de caráter sônico que abordo a seguir se passam nessa conjuntura, em meu “flexitempo” (Sennett 2009) como professora temporária, manifestado em contratos de trabalho não só de durabilidade circunscrita, mas sobretudo marcados pela maleabilidade e pela incerteza na sua gestão contratante.

Argumento que, por meio dessas práticas educacionais e seus produtos, tenho forjado uma identidade docente que me parece sempre prestes a escapar, como reflexo de um exercício profissional para o qual recebi ampla formação *stricto sensu*, mas cuja possibilidade de execução tem se restringido a um “tempo desconjuntado”. Ou seja, trata-se de uma atuação desarticulada, feita de pedaços que, à luz da abordagem de Sennett (*id.*), inviabiliza “narrativas sustentadas de vida” e “relações sociais duráveis” nesse universo laboral. São experiências que me traduzem, portanto, como uma educadora, que transita entre períodos de docência e de não docência.

O som, à margem

As métricas de performance que transpassam hoje o mundo do trabalho são desdobramentos de “sistemas ocular-centrados” (Lorea 2021) que, secularmente, vêm respaldando o funcionamento de instituições moderno-ocidentais, tais como as escolas e as universidades. Esse modo de atuar se manifesta, por exemplo, na delimitação de estruturas de vigilância continuada, nas quais o silêncio é imposto de diferentes modos, como também no privilégio da produção de saberes escritos, em detrimento de outros formatos.

Sob essa lógica, a audição e os sons passam a configurar elementos sensitivos não bem-vindos, tidos como imprecisos, irracionais e incômodos. Nesse processo, pode-se recordar a coibição a que foram submetidos os saberes performáticos de natureza sônica - presentes em cantos, danças, preces, entre outros - de povos não ocidentais, cuja colonialidade propriamente constrói a modernidade. Como desdobramento disso, conteúdos sonoros ainda hoje perturbam históricas ordens coloniais que, se não são mais estritamente políticas, permanecem incubadas em níveis epistêmicos (*id.*).

Em meio, portanto, a essa “hierarquia dos modelos representacionais de conhecimento” (*id.*), a marginalidade do som - bem como, adiante, o seu poder decolonial - repercutem no curso constitutivo da disciplina antropológica. Embora etnografias tenham desde cedo evidenciado o valor cosmológico do som no âmbito dos coletivos não ocidentais estudados, o formato escrito dessas investigações permaneceu dominante por considerável tempo. Hoje, a antropologia sonora constitui um campo de estudos reconhecido, porém, as agências brasileiras de regulação e fomento da pós-graduação ainda não valoram os produtos desse gênero de pesquisa em pé de igualdade com aqueles em registro escrito, que prosseguem mais prestigiosos (CAV/ABA 2020).

A pandemia de Covid-19, por sua vez, impactou esse estado de coisas ao impulsionar uma explosão de *podcasts* no país, na área de antropologia e em muitas outras no meio científico. Esses produtos atuaram tanto como ferramentas pedagógicas capazes de conferir fluidez e engajamento às aprendizagens no ensino remoto, quanto como meios de divulgação científica, em resistência ao negacionismo da doença, em muito propagado pelo governo federal. Nessa esteira, é digno de nota o lançamento da coletânea “No Ar: Antropologia. Histórias em *podcast*” (Manica, Peres & Fleischer 2022), que traz como novidade uma apresentação pioneira em três configurações: livro impresso, *e-book* e audiocapítulos (Mundaréu 2022).

As experiências sônicas em sala de aula que discuto neste artigo bebem dessa profusa fonte de problematizações e artefatos. Minha escolha, entretanto, de ensinar a partir do som não foi plenamente consciente de todos os debates que abordo aqui. Essas são reflexões que surgiram a posteriori, ao me propor a pensar enquanto docente de um lugar de margem, como

destaquei, onde também se localizam as sonoridades no universo científico.

De saída, contudo, creio que apostei no som por seu “poder afetivo” (Eringfeld 2021), seja falado, cantado, sussurrado ou silenciado. Diante da pandemia de Covid-19 como um evento que nos lançou em um torvelinho de temores, angústias, desalentos e lutos, acredito que vislumbrei a “elicitación sônica” como vetor de resiliência e reciprocidade no presente, assim como de imaginação de futuros não distópicos, para as(os) estudantes que comigo estavam e também para mim mesma como professora.

Logo, sem minorar a gravidade do quadro que nos cercava, tanto epidêmica, quanto sociológica, procurei, à semelhança de Schritzmeyer (2022), “prosseguir com intensidade e novos sentidos”, partilhando da sua premissa de que ambientes de “cumplicidades e trocas são o melhor caminho para o processo de ensino-aprendizagem” (*ibid.:29*), ainda que este precisasse se dar emergencialmente de maneira virtual. Se um espaço acolhedor e dialógico é criado, a exemplo do observado pela autora, assinalo que, mesmo em meio a um cenário adverso e doloroso, revela-se possível respeitosamente abrir “oportunidades para a expansão da criatividade, da solidariedade e do próprio fazer antropológico” (*ibid.:48*).

Solta o som: o comentário-*playlist*

Após cerca de quatro meses de suspensão em virtude das restrições sanitárias impostas pela Covid-19, as atividades acadêmicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram retomadas no início de julho de 2020, por meio de um calendário especial, em regime on-line e com cursos optativos de curta duração.

Naquele momento, encontrava-me como professora substituta do Departamento de Antropologia dessa instituição e havia conseguido a prorrogação de meu contrato de trabalho por um mês. Na sequência, seria desligada e teria então a exigente tarefa de buscar outra ocupação naqueles primeiros meses do desenrolar da pandemia, quando oportunidades em diversas frentes se escassearam devido à interrupção de uma série de atividades produtivas.

Tive por última incumbência preparar e ministrar, em caráter condensado, a disciplina “Antropologia e História”, parte do currículo de formação em ciências sociais. Sua ementa envolvia promover a análise da relação entre essas duas disciplinas sob a perspectiva de diferentes autoras(es) e/ou pela abordagem de diferentes temáticas⁶. Nessa direção, a cada uma das três semanas do curso, convidei as(os) 20 discentes matriculadas(os) a realizarem o seguinte percurso de aprendizagem:

- (i) ler antecipadamente os textos indicados no programa e, a partir disso, elaborar uma pergunta-chave destinada ao debate online;
- (ii) assistir à videoaula disponibilizada pela professora previamente em canal no *Youtube*⁷;
- (iii) efetuar, na sequência, o exercício multimídia previsto no programa, envolvendo reflexões em torno de letras musicais e materiais audiovisuais;
- (iv) participar do debate com a turma via *Microsoft Teams* de forma síncrona ou inteirar-se dele pela gravação realizada;
- (v) desenvolver posteriormente um comentário-síntese individual a respeito de todo o conteúdo abrangido no período.

Alunas(os) deveriam pautar seus comentários-síntese pela seguinte questão: “o que aprendi em cada um dos respectivos módulos semanais de estudo?”. Requisitava-se que esses textos não ultrapassassem o limite de 1 página; contassem com escrita autêntica, ou seja, com as próprias palavras da(o) discente; fizessem menção à literatura e aos recursos multimídia trabalhados; e, além disso, na análise lançassem mão de um artefato adicional de aprendizagem, pesquisado pela(o) estudante e que lhe permitisse avançar na reflexão para além do material ofertado pela professora. Esses artefatos suplementares poderiam ser um vídeo, um *podcast*, uma fotografia, uma pintura, uma notícia, uma música, um poema, uma charge, um *meme*, uma propaganda, um objeto, etc.

A princípio, o som manifestou-se timidamente como recurso pedagógico ao longo dos itinerários semanais, para ter seu emprego mais enfatizado no fechamento da disciplina. Um dos

⁶ O programa completo da disciplina está disponível em https://bit.ly/antropologiaehistoria_programa.

⁷ As videoaulas e outros materiais audiovisuais de apoio podem ser acessados em https://bit.ly/youtube_antropologiaehistoria.

exercícios multimídia inicialmente previsto no programa era, por exemplo, o seguinte:

Semana 2 (20 a 24/07/20): Percepções sobre o tempo

Leituras obrigatórias:

OLIVEIRA, Luís Roberto C. As categorias do entendimento humano e as noções de tempo e espaço entre os Nuer. *Série Antropologia*, Brasília, 13p., 1993.

LEACH, Edmund R. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1996. p. 191-209.

MARCURIO, Gabriela de P. A imposição do extraordinário. *Confinaria*, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://confinaria.hypotheses.org/1278>.

Atividade multimídia obrigatória:

VELOSO, Caetano. *Oração ao tempo*. Álbum ‘Cinema transcendental’, 1979. 3’26”.

GIL, Gilberto. *Tempo Rei*. Álbum ‘Raça humana’, 1984. 5’08”.

Exercício: Após efetuar as leituras, ouça as duas músicas indicadas. Em uma primeira vez, apenas escute; numa segunda, aprecie visualizando as letras. Depois, com base no material de apoio indicado, procure analisar, de sua própria perspectiva, como os dois autores tratam do tempo em suas respectivas canções. Desenvolva então um quadro comparativo, elencando até 10 palavras-chave para cada música que sintetizem suas reflexões. Você pode elaborar uma lista de palavras ou, ainda, desenvolver uma representação gráfica em forma de nuvem para melhor visualização. Verifique neste link alguns sites para fazer isso on-line:

<https://www.techtudo.com.br/listas/noticia/2016/05/quatro-sites-para-criar-nuvem-de-palavras.html>

Na realização do comentário-síntese final da disciplina, por sua vez, propus a construção coletiva de um grande “comentário-playlist”, com base na estratégia didática *Storytelling through music* (Neidhardt 2020). Além de pautada no poder das canções de contar histórias que nos envolvem, essa estratégia se sustentava no lirismo musical para fazer germinar empatia e fortaleza em momentos críticos, como o pandêmico, cuja travessia apenas iniciávamos. A maioria das(os) alunas(os) aderiu à proposta, que era de caráter voluntário – quem preferiu, pôde desenvolver comentários à maneira até então praticada.

Cada estudante que se engajou na empreitada criou, então, sua própria *playlist* no *Youtube*, com 3 a 5 músicas, procurando responder à seguinte pergunta: “Se você fosse narrar para alguém o que aprendeu nesta disciplina por meio de canções, quais seriam suas escolhas?”⁸. Essas decisões deveriam ressoar aprendizados relativos às temáticas de cada um dos módulos semanais da disciplina, a saber: antropologia, história e suas relações; percepções sobre o tempo; assim como problematização da memória. As escolhas de cada discente precisavam, ainda, ser explicadas e analisadas em um texto breve, de até uma página, a exemplo do que já vínhamos fazendo nos comentários.

Após as entregas de todas(os), agrupei o conjunto de 39 músicas mobilizadas em uma única *playlist* no *Youtube*, junto de um *link* para acesso a um documento com todas as produções analítico-textuais reunidas, conformando um conteúdo de acesso aberto na internet⁹. A turma concedeu sua anuência a essa divulgação que, como debatemos e pactuamos, traduziu e deu materialidade pública ao nosso espírito de grupo, à nossa aprendizagem conjunta, bem como a nossas aflições e esperanças diante da crise então em curso.

Dá o *play*: audiodicas via *WhatsApp*

No segundo semestre de 2020, recoloquei-me profissionalmente em um novo posto temporário, enquanto professora visitante no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). Quando iniciei minhas atividades, essa instituição já se encontrava em regime de educação remota emergencial, devido à pandemia de Covid-19. A disciplina que eu ministraria nesse período seria a primeira ofertada naquele ano pelo programa, dado que seu conjunto de docentes havia abraçado uma posição de resistência frente ao ensino online, mantendo o calendário letivo suspenso até então.

⁸ A proposta completa desse exercício está disposta em https://bit.ly/antropologiaehistoria_fechamento.

⁹ A *playlist* completa pode ser visualizada em <https://bit.ly/comentarioplaylist>. As produções textuais discentes resultantes desse exercício encontram-se em <https://bit.ly/comentarioplaylistextos>.

Tal decisão levava em conta problemas de acesso infraestrutural, principalmente no contexto discente, para a frequência de aulas no modo virtual. Em especial, considerava as dificuldades do alunado indígena, cujo contingente é significativo na UFGD, uma universidade jovem, nascida do processo de interiorização democratizante do Ensino Superior brasileiro, durante a era petista de governo. Como sabido, o estado do Mato Grosso do Sul, onde está localizada essa instituição, conta com a segunda maior população de indígenas no Brasil. É forçoso recordar que resistem ainda muitos e enormes débitos históricos do poder público perante a cidadania efetiva desse coletivo, o que abrange a inclusão digital irrestrita dos territórios indígenas mais distantes dos centros urbanos (Chamorro & Combés 2015; UFGD 2021).

Desenhou-se, desse modo, um desafio contratual: como professora visitante, havia a exigência institucional irrevogável de que eu ministrasse aulas; contudo, se estas somente poderiam acontecer de maneira online naquele momento, fazia-se necessário arquitetar os meios mais inclusivos possíveis para sua realização. Ciente disso, a disciplina que preparei configurou um tópico especial - de caráter optativo, portanto - chamado “Fazeres etnográficos em tempos de pandemia”, temática esta que decorreu de pedido das(os) próprias(os) estudantes do programa.

A proposta do curso consistiu em debater caminhos possíveis para a continuidade de suas pesquisas de mestrado, em um contexto no qual o novo coronavírus colocava obstáculos às interações presenciais, tão características do trabalho de campo que subsidia a construção etnográfica em antropologia. O espaço principal de desenvolvimento da disciplina foi um grupo no aplicativo *WhatsApp*, plataforma de mais ampla e ágil acessibilidade estudantil, inclusive a discentes indígenas. Tal fato foi confirmado antes do início do curso, por uma enquete enviada via *e-mail*, na qual também incluí uma votação acerca da temática do tópico especial.

O plano de aprendizagem da disciplina contemplou a etnografia digital, mas procurou não a situar como a única saída diante da situação de emergência sanitária. O curso reuniu, dessa maneira, alternativas adicionais de investigação, que exploravam outros mediadores capazes de colaborar com o distanciamento físico demandado entre pessoas: imagens, sons, documentos,

objetos, a literatura, como também nossas próprias casas, os trânsitos imprescindíveis pela rua e a autoetnografia¹⁰.

Ao abranger, assim, variadas frentes possíveis de etnografia, o programa mobilizou uma literatura acadêmica que passou longe de ser exaustiva a cada uma delas. A ideia era que as(os) estudantes pudessem avançar, para além do curso, nas frentes que considerassem mais produtivas a suas investigações particulares. Embora entre as referências selecionadas já existisse uma quantia expressiva situada no cenário da Covid-19, uma boa parte abarcou situações de pesquisa de origem prévia a essa conjuntura. Dessa forma, as indicações de leitura procuraram funcionar como inspirações para boas discussões e reflexões a respeito de adaptações viáveis, como também de seus limites.

Ao longo de cada uma das nove semanas da disciplina, pelo grupo no *WhatsApp*, a turma recebeu um roteiro de estudos, composto por leituras indicadas, um comentário em áudio da professora sobre elas e um mapa mental orientador do conteúdo¹¹. Esses roteiros finalizavam-se com a prática de exercícios, de modo que as(os) estudantes experimentassem as alternativas de pesquisa apresentadas, conforme seus interesses investigativos. A cada quinzena, aproximadamente, a turma se reunia comigo via *Google Meet* para debatermos, sob motivação de perguntas-chave previamente elaboradas pelas(os) alunas(os), com base nas leituras, nos áudios e nos exercícios realizados. O acesso posterior a essas discussões foi assegurado a partir de sua gravação.

Com o intuito de fortalecer o ânimo discente em um período crítico, decidi associar a esses roteiros semanais de estudos o que chamei internamente de “audiódicas”, as quais configuraram conselhos e reflexões gravados por profissionais que convidei a participar, ainda que a distância, da disciplina.

Nessa iniciativa, generosamente colaboraram nove antropólogas(os), sob o propósito de (re)pensar e (re)direcionar etnografias na circunstância singular da pandemia: Denise Pimenta (Fiocruz/BA), Debora Leitão (Université du Québec),

¹⁰ O plano de ensino está disponível em <https://bit.ly/programafazeretnograficos>.

¹¹ Os roteiros de estudo encontram-se dispostos em https://bit.ly/roteirosdeestudo_topico. Os mapas mentais, por sua vez, estão reunidos em https://bit.ly/mapasmentais_topico.

Viviane Vedana (UFSC), Lucas Freire (FGV/Rio), Aline Rochedo (PPGAS/UFRGS), Alessandra El Far (Unifesp), Fabiene Gama (UFRGS), Eva Scheliga (UFPR) e Fabio Mura (UFPB). Nesse grupo, aparecem contempladas três das cinco regiões do Brasil – Nordeste, Sudeste e Sul – e uma profissional atuante fora do país.

As(os) antropólogas(os) convidadas(os) a contribuir com suas vozes são, em maioria, autoras(es) de referências que compuseram o programa de ensino. As interfaces de pesquisa por elas e eles abordadas compartilham uma história comum de esforços para evidenciar sua legitimidade perante o modo clássico de se fazer antropologia, pautado nos encontros presenciais e na demanda por um “outro” distante, a fim de assegurar o estranhamento. As circunstâncias vividas com a pandemia lançaram ainda mais luz, portanto, sobre práticas etnográficas que vêm enriquecendo a antropologia já há muito tempo e, definitivamente, estão deixando de serem marginais (CAV/ABA 2020).

Mais que ofertar respostas definitivas às problemáticas envolvidas na realização de etnografias no contexto pandêmico, a disciplina almejou funcionar como um laboratório de experimentações. Nele, esperava-se que cada estudante, conforme sua realidade, tivesse montada ao final uma “caixa” de possibilidades instigantes de pesquisa, a fim de atravessar um momento peculiar, repleto de impactos materiais e emocionais sobre as vidas. Nessa direção, como trabalho de término, provoquei as(os) discentes a construírem seu “plano B”¹² de investigação de mestrado, cujo contexto seria de continuidade da pandemia e/ou de seus efeitos¹³.

Como resultado, uma estudante indígena, interessada em estudar o conhecimento de mulheres parentes Guarani-Kaiowá sobre remédios tradicionais, percebeu como frutíferas a etnografia de seu próprio ambiente familiar, como também a autoetnografia. Outra aluna apostou nas afinidades entre antropologia e literatura, com a proposta de estudar o atual momento político do Brasil por intermédio de narrativas fantásticas. Houve ainda quem lançasse mão da etnografia digital,

¹² A inspiração para tal proposta veio de: WENNER-GREN FOUNDATION. 2020. *Funding anthropological research in the age of Covid-19, or, proposal writing in a pandemic Webinar*. Disponível em: <https://vimeo.com/454414670>.

¹³ O passo a passo desse trabalho final pode ser conferido em <https://bit.ly/roteirofazeretnograficos>.

de documentos, de objetos, bem como de imagens e sons já existentes para problematizar temas variados, a saber: suicídio e pandemia; rituais religiosos e tradicionais; assim como violações de direitos humanos.

A definição dessas possibilidades se deu a partir do acompanhamento sistemático dos exercícios discentes, por meio do qual fui avaliando com cada estudante as alternativas metodológicas mais oportunas à continuidade ou reorientação das pesquisas de mestrado em curso¹⁴.

O *podcast* “Fazeres etnográficos”

À medida que o tópico especial se aproximava do fim, constatei que as audiodicas se mostravam tão ricas e tinham nutrido de tal modo o entusiasmo entre as(os) estudantes que me pareceu oportuno ampliar sua circulação. Dessa forma, nasceu o *podcast* “Fazeres etnográficos em tempos de pandemia”, um produto de divulgação científica em antropologia. Esse artefato converte em nove episódios, acompanhados de sua literatura temática, as audiodicas enviadas ao corpo discente ao longo do curso, via *WhatsApp*, pelas(os) antropólogas(os) convidadas(os).

Em cada episódio, as falas dessas(es) profissionais surgem apresentadas na íntegra, sem cortes ou efeitos – aquilo que possa ter faltado em tecnologia, quero argumentar, certamente é compensado em pedagogia. A fim de assegurar a acessibilidade, houve inserção de legendas que transcrevem todos os episódios. Estes tornaram-se disponíveis, a princípio, no *YouTube*, a partir do *blog* “Primavera nos dentes - Antropologia, Educação & Curadoria”, onde o *podcast* foi hospedado. O *blog* configura uma iniciativa de divulgação científica em antropologia da educação que mantenho de modo independente, desde 2020¹⁵.

¹⁴ Verificar no *link* a seguir a planilha empregada nesse acompanhamento: <https://bit.ly/acompanhamentoindividual>. As indicações de ‘sim’ e ‘não’ referem-se à viabilidade de aplicação das alternativas etnográficas exploradas na disciplina.

¹⁵ A lista de episódios e seus *links* de acesso no *Youtube* estão em: <https://blogprimaveranosdentes.wordpress.com/2021/02/01/podcast-fazeres-etnograficos-em-tempos-de-pandemia-possibilidades-de-pesquisa-antropologica-em-ambientes-digitais-e-para-alem-deles/>.

Os nove episódios do *podcast* são os seguintes: (i) Etnografia como modo de conhecimento, com Denise Pimenta (Fiocruz/BA); (ii) Etnografia digital, com Debora Leitão (Université du Québec); (iii) Etnografia da imagem e do som, com Viviane Vedana (UFSC); (iv) Etnografia de documentos, com Lucas Freire (FGV/Rio); (v) Etnografia de objetos, com Aline Rochedo (PPGAS/UFRGS); (vi) Etnografia e literatura, com Alessandra El Far (Unifesp); (vii) Autoetnografia, com Fabiene Gama (UFRGS); (viii) Etnografia entre a casa e a rua, com Eva Scheliga (UFPR); e (ix) Outras sensibilidades possíveis, com Fabio Mura (UFPB).

Com a divulgação do *podcast* pelas redes sociais virtuais, surpreendeu-me o fato de que se interessavam pelos episódios não apenas acadêmicas(os), mas também profissionais das ciências sociais atuantes fora da universidade, evidenciando uma comunidade deveras engajada em dar continuidade a seus estudos, de diferentes maneiras, a despeito dos obstáculos às interações em campo que a pandemia colocava.

Para se ter uma ideia dessa permeabilidade, o *podcast* foi objeto de atenção no perfil institucional da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no *Instagram* por duas ocasiões; e a postagem que efetuei na rede profissional *LinkedIn* registrou mais de uma centena de curtidas orgânicas, sem qualquer impulsionamento comercial¹⁶. Corrobora-se assim a assertiva de Magnani (2021) de que a etnografia se mostra, mais que tudo, presente, sem necessariamente ser presencial.

No momento de redação deste artigo, o *post* que hospeda o *podcast* figurava como o mais visitado do *blog* “Primavera nos dentes”, com 2.900 visualizações. O “Fazeres etnográficos” também passou a integrar a Rádio Kere-Kere, uma rede interinstitucional de *podcasts* em ciências sociais, especialmente em antropologia, composta por profissionais de todo o país, dirigida à difusão, ao intercâmbio e aprendizado entre produtoras(es), editoras(es) e ouvintes¹⁷. Foi justamente a partir do apoio técnico encontrado nesse âmbito que pude disponibilizar

¹⁶ Essas e outras repercussões do *podcast* podem ser conferidas em:

<https://www.instagram.com/p/CNNj8lmpApC/>,

<https://www.instagram.com/p/CQbU1IZJz0g/>,

<https://bit.ly/podcastmolinkedin>.

¹⁷ Cf. <https://radiokerekere.org/fazeres-etnograficos/>.

minha iniciativa em outras plataformas de *streaming*, como *Spotify*, por exemplo¹⁸.

O tópico especial que culminou no *podcast* seria a única disciplina que eu ministraria na UFGD. Na sequência dele, em 2021, sem uma perspectiva de renovação contratual, decidi pelo desligamento, a fim de assegurar uma oportunidade não docente, porém de natureza fixa, que me foi aberta no mercado privado. Dessa forma, evitava ver-me novamente na procura por trabalho, ainda muito dificultada pela conjuntura pandêmica.

Estar professora

Ao refletir sobre o que permite qualificar uma investigação antropológica como “boa”, Peirano (2104) evoca a ideia de “contexto da situação” de Malinowski (1930), isto é, a necessidade de considerar devidamente as circunstâncias em que as interlocuções ocorrem no terreno empírico. Logo, a empreitada de etnografar o ensino de antropologia, enquanto objeto analítico por si, não prescinde desse requisito. É com base nisso que, ao descrever aqui experimentações sônicas como professora durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19, eu o fiz de modo associado à conjuntura de docência temporária em que essas vivências se sucederam.

Em tais períodos laborais transitórios, à semelhança do interlocutor de pesquisa de Leda (2015), eu *estou* professora. Nesse contexto, enquanto recurso de aprendizagem, o som não foi somente um meio de contornar as vicissitudes do ensino a distância durante a emergência sanitária. O suporte sonoro constituiu, também, um modo de conferir materialidade à minha própria atuação didática e, por conseguinte, de poder falar dela em momentos como agora, quando não *estou* professora. E, ao falar, retoco uma fugidia identidade como trabalhadora docente. Olho ao redor e constato que falo sobre uma realidade que não é apenas minha, mas que retrata um tempo pesaroso e muitas outras pessoas, professoras(es) temporários e recém-doutoras(es).

Não surpreende que esta identificação provenha da convivência direta com as(os) estudantes. Como apontou outro dos sujeitos de investigação de Leda (*id.*), a sala de aula talvez seja o único lugar na universidade onde o status funcional temporário

¹⁸ Cf. <https://anchor.fm/fazeretnograficos>.

suspende-se de alguma forma, uma vez que discentes fazem pouca ou nenhuma distinção entre quem é ou não docente efetivo. Essa percepção me conduz à constatação de hooks (2017 [1994] acerca da sala de aula como rico “ambiente de possibilidades”, onde são arquitetados “esquemas para cruzar fronteiras”, mesmo em meio a todos os constrangimentos que o modelo neoliberal de educação vem impondo.

O remendo identitário a que faço menção pode soar hiperbólico externamente ao ambiente universitário. Para quem está dentro dele, entretanto, é bem sabido que a formação e o exercício docentes se revestem de um comprometimento bastante particular junto a um notável contingente de pessoas (Pavão 2021). Como sintetizou Duarte (2021), na palestra “Pandemia e Pandemônio: academia, ruptura de expectativas e sofrimento”, o trabalho acadêmico não é *full time* – ele é *full life*. Essa dedicação singular tem sido abocanhada por uma conjuntura neoliberalizada, que atravessa o mundo do trabalho, como se vê exemplarmente na esfera da docência temporária

Na contramão disso, debate-se hoje, com intensidade, a urgência de uma universidade cuja atuação seja efetivamente decolonial. Os dois elementos protagonistas deste texto sinalizam a importância de serem contemplados nesse equacionamento: o som, enquanto um meio de conhecimento historicamente deslegitimado em seu potencial no Ocidente; assim como a dimensão do trabalho e, mais especificamente, a docência como profissão, cujas condições de exercício aprofundam sua precarização durante a pandemia vivida sob o atual governo, no âmbito de um processo que se inicia, porém, bem antes disso, conforme abordado.

Se transformações epistemológicas são imprescindíveis, mostra-se indispensável repensar não apenas por quais meios podem ser implementadas em sala de aula, a partir conteúdos, ferramentas e práticas didáticas renovadas, mas também sob que circunstâncias laborais uma aprendizagem, que se quer de fato revigorada, deve acontecer.

Referências

BERG, Maggie; SEEBER, Barbara K. 2022. *The slow professor: desafiando la cultura de la rapidez en la academia*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

- BUTI, Rafael P. 2021. “História quilombola no chão: No caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida”. *Novos Debates* 7(1): E7126.
- CAV - COMITÊ DE ANTROPOLOGIA VISUAL. Associação Brasileira de Antropologia - ABA. 2020. *Experimentações de antropologia (áudio)visual na rede*. Disponível em: https://youtu.be/aCn_FvJXyFw.
- CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle (org.). 2015. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD.
- DUARTE, Luiz Fernando D. 1988. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar; CNPq.
- DUARTE, Luiz Fernando D. 2021. “Pandemia e Pandemônio: academia, ruptura de expectativas e sofrimento”. In: Alex Vailati e Igor Holanda (org.). *Uma realidade desmantelada: os efeitos psíquicos da pandemia de Covid-19 no Brasil para a população acadêmica*. Mesa-redonda, IV Reunião de Antropologia da Saúde - RAS. Disponível em: <https://youtu.be/sRlbCGm2Jcc>.
- DUNKER, Christian et al. 2020. “Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira”. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior e Christian Dunker (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 221-265.
- ERINGFELD, Simone. 2021. “Higher education and its post-colonial future: utopian hopes and dystopian fears at Cambridge University during Covid-19”. *Studies in Higher Education* 46(1): 146-157.
- HARAWAY, Donna. 1995. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* 5: 07-41.
- HOOKS, bell. 2017 [1994]. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- LEAL, Natacha S.; VEGA SANABRIA, Guillermo; CARIAGA, Diógenes E. 2021. “Apresentação”. Dossiê Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil. *Anuário Antropológico* 46(1): 25-38.
- LEDA, Denise B. 2015. “A precarização do trabalho na universidade pública e suas repercussões na subjetividade do

- professor substituto”. *Revista Contemporânea de Educação* 10(20): 342-360.
- LOREA, Carola. 2022. “Sonic matters: singing as method and the epistemology of singing across Bengali esoteric lineages”. *American Anthropologist* 124(4): 841-854.
- MAGNANI, José G. C. 2021. *Antropologia urbana: dos conceitos de base aos experimentos etnográficos contemporâneos*. Ciclo Aulas abertas da Antropologia: novas tradições & desafios, IFCH/Unicamp. Disponível em: https://youtu.be/M8IU6jr_RRU.
- MAIA, Heribaldo. 2022. *Neoliberalismo, sofrimento psíquico e mal-estar nas universidades*. Live de lançamento de livro, História Cabeluda [canal Youtube]. Disponível em: https://bit.ly/3neoliberalismo_sofrimento_universidade.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1930]. “O problema do significado em linguagens primitivas”. In: Charles K. Ogden e Ivor A. Richards (ed.). *O significado de significado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 295-330.
- MANICA, Daniela T.; PERES, Milena; FLEISCHER, Soraya (org.). 2022. *No Ar: Antropologia - histórias em podcast*. Campinas; Brasília: Pontes Editores; ABA Publicações.
- MUNDARÉU. 2022. *No Ar: Antropologia. Histórias em podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/no-ar-antropologia-historias-em-podcast/>.
- NEIDHARDT, Lauren. 2020. *Storytelling through music*. Disponível em: <https://www.morningsidecenter.org/teachable-moment/lessons/storytelling-through-music>.
- PAVÃO, Andréa. 2021. “Professores comprometidos: a interação social na orientação de trabalhos de conclusão de curso”. *Campos* 22(2): 153-175.
- PEIRANO, Mariza. 2014. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos* 20(42): 377-391.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. 2022. “Autoetnografias e análises da pandemia por neófitas(os) em antropologia: descobertas, reinvenções e sensibilidades”. *Dilemas* 15(1): 27-53.

- SENNETT, Richard. 2009. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- SILVA, Maiara L. da; MAIA FILHO, Osterne N.; RABELO, Josefa J. 2020. “As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a realidade de uma universidade pública”. *Educação & Formação* 5(13): 215-234.
- STRATHERN, Marilyn. 2000. “Introduction: new accountabilities”; “Afterword: accountability... and ethnography”. In: Marilyn Strathern (ed.). *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. London: Routledge. p. 1-18; 279-304.
- UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. 2021. *UFGD abre prazo para estudantes se inscreverem ao empréstimo de celulares*. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-abre-prazo-para-estudantes-se-inscreverem-ao-emprestimo-de-celulares>.
- VEGA SANABRIA, Guillermo; DUARTE, Luiz F. D. 2019. “O ensino de Antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica)”. *BIB* 90: 1-32.
- VEGA SANABRIA, Guillermo; SANTOS, Sônia B. dos; BAZZO, Juliane; CAMPOY, Leonardo; GRECO, Lucrecia; BOLLETIN, Paride (org.). 2021. *Aprendendo e ensinando Antropologia durante a pandemia: dilemas, desafios e oportunidades*. Webinário da Associação Brasileira de Antropologia - ABA. Disponível em: <https://bit.ly/ensinoantropologianapandemia>.